

Internacionalistas e novos mundialistas: a grande convergência um ano após Seattle*

Michel Rogalski**

Resumo:

O processo de mundialização em curso perturba as características e referências tradicionais do internacionalismo. Opondo mais facilmente trabalhadores a trabalhadores e questionando os Estados nacionais, a mobilização sobre o que se convencionou chamar "os negócios do mundo" repercute cada vez mais e marca presença, ritualmente, nas grandes cúpulas internacionais, pondo novas forças em movimento.

Uma abordagem mundialista

O processo de mundialização em curso impulsiona novas forças oriundas de uma nebulosa que têm em comum a idéia que o quadro nacional será, de agora em diante, ultrapassado e incapaz de enfrentar os grandes problemas com que se deparam a humanidade e o planeta. Existiria um espaço particular de intervenção a privilegiar, o mundial, instituições específicas sobre os quais agir e uma cidadania do mesmo nível, uma vez que a cena mundial seria acessível aos indivíduos.

Trata-se de uma ideologia, o mundialismo, que acompanha o processo de mundialização. Suas raízes são múltiplas² e se enraízam em ambientes muito variados. Do clube de Roma à Trilateral, passando pelo movimento liberal democrata-cristã européia, encontra-se esta abordagem que proclama a necessária adaptação aos constrangimentos internacionais e milita pela edificação das formas supranacionais de gestão do planeta. A década de 80 viu se multiplicarem relatórios de Comissões independentes que, sobre formas diversas, minimizaram o interesse nacional face às preocupações planetárias.

A noção de interesses comuns ganha destaque à partir do *Relatório Rio* (1976- Reshaping International Order) elaborado por iniciativa do Clube de Roma. Para gerir esses interesses apelou-se para uma planificação internacional no quadro de um sistema das Nações Unidas reestruturado.

Em seguida, com o *Relatório Brandt* (1980- Interesses mútuos; Separação Norte-Sul), o *Relatório Palme* (1982- Segurança comum; Medidas de confiança), o *Relatório Brundtland* (1987-Ecossistemas mundiais; Desenvolvimento sustentável), o *Relatório Nyerere da Comissão do Sul* (1990- Reforço da Cooperação Sul-Sul), a *Iniciativa de Stockholm* (1991-Governabilidade mundial; Novo conceito de soberania) ou o *Grupo de Lisboa* (1995- Crítica dos excessos e dos danos da competitividade), assiste-se a uma reflexão coletiva que se coloca em torno da articulação das questões do desenvolvimento e da segurança em um mundo interdependente. Na perspectiva destes trabalhos, a "Comissão sobre a Governança Global" seria, naturalmente, criada em 1992.

* Texto publicado em *Recherches Internationales*, 58, 4-1999.

** Economista, Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, EHESS-CNRS. Diretor da revista *Recherches Internationales*. Traduzido por Joana A. Coutinho e revisão de Lúcio Flávio de Almeida.

¹ Inúmeros termos são utilizados para designar esta relação: cosmopolitismo, federalismo, universalismo, etc. Para uma abordagem favorável a esta filiação ver CULMAS, Peter.(1995); GUÉHENNO, Jean-Marie. (1999) e ZARIFIAN, Philippe.(1999). E para um ponto de vista crítico ver MATTELART, Armand.(1999).

² Inúmeros termos são utilizados para designar esta relação: cosmopolitismo, federalismo, universalismo, etc. Para uma abordagem favorável a esta filiação ver CULMAS, Peter.(1995); GUÉHENNO, Jean-Marie. (1999) e ZARIFIAN, Philippe.(1999). E para um ponto de vista crítico ver MATTELART, Armand.(1999).

Estes trabalhos freqüentemente oficiais e documentados³ contribuíram para que emergisse uma tomada de consciência “dos riscos planetários”, apesar de a expressão “cidade-planetária” que emana deste processo ser altamente contestável. Entretanto, eles contribuíram fortemente para o impasse quanto ao desmoroamento da segurança individual que atinge o planeta ou à perda da governabilidade nacional que afeta cada vez mais os Estados e os torna incapazes de se engajarem internacionalmente de modo confiável. Do mesmo modo a interdependência, freqüentemente invocada, nunca é percebida como uma situação onde alguns seriam mais dependentes que outros.

Não se pode ignorar o nascimento de um “espaço público internacional” onde diversas questões são cada vez mais debatidas através das Cúpulas mundiais. Assim, em poucos anos se multiplicaram as conferências mundiais, suscitadas pelo sistema das Nações- Unidas em torno de questões de interesse universal: A Cúpula do Rio (1992), sobre o meio ambiente e o desenvolvimento; do Cairo (1994), sobre a população mundial; de Copenhague (1995), sobre o social; de Pequim (1995), sobre as mulheres; e a de Istambul (1996), sobre as grandes cidades. Seria ingenuidade crer que tudo que se decide se aplica ou que a forte participação de representantes da sociedade civil constituiria, com certeza, a garantia de posições corretas. Não vimos, na reunião do Cairo, as batalhas entre os ecologistas extremistas, dispostos a suprimir uma parte da população mundial em nome da defesa do planeta, e os êmulos do Papa e dos imans se altercarem (**#s'arc-bouter**) em torno das posições natalistas ou antifeministas? Na reunião de Istambul assistimos à corrida dos lobbies mundiais das indústrias de construção civil e das obras públicas, aliados na investida sobre os prefeitos das grandes cidades para vender o peixe da privatização das funções urbanas.

Mas, doravante, os novos mundialistas colocam o planeta sob a vigilância da opinião pública. É preciso felicitá-los. E estas reuniões são as mais discretas do dispositivo financeiro gestor do mundo, que estão no momento sob estreita vigilância. É melhor hoje refletir e discutir publicamente sobre os negócios do mundo do que, amanhã, se confrontar com um Governo invisível que aja segundo o princípio: “Nós decidimos por vocês, sobre vocês, mas sem vocês”.

Uma abordagem internacionalista

O internacionalismo provém de uma outra via, a da solidariedade das lutas. Ele recebeu ao longo do século XX três formas principais⁴.

Outubro de 1917 abriu o caminho para uma longa cadeia de solidariedade fortemente inscrita no nascimento da União Soviética e depois na constituição dos Blocos. Aqueles que deram sua contribuição estreitaram os laços, se ajudaram mutuamente, trocaram experiências. Foram responsáveis não somente perante o seu povo, mas frente à esperança de toda a humanidade. Estavam imbuídos de uma motivação forte, de um objetivo comum que encarnava o modelo de um futuro a construir.

A segunda frente de lutas foi a da solidariedade aos povos coloniais e, mais amplamente, às lutas do Terceiro Mundo. Grandes causas emancipatórias inflamaram a juventude dos países ocidentais nos anos 60 e 70 – Argélia, Vietnã, África do Sul. Esta ação foi acompanhada por uma ajuda a projetos originais de construção nacional (Cuba, Nicarágua etc.). O questionamento da ordem dominante, o imperialismo, foi a força destas lutas.

Enfim, a solidariedade antifascista e antiditatorial foi também um dos traços deste século. O engajamento das Brigadas Internacionais durante a guerra da Espanha ou da MOI, na Resistência Francesa, foram as figuras mais emblemáticas. Mais recentemente, gerações de militantes foram mobilizadas contra o Portugal de Salazar, a Grécia dos coronéis ou o Chile de Pinochet. A percepção de um perigo comum e a vontade de enfrentá-lo cristalizava a mobilização. Participam igualmente destas formas de solidariedade ativa os democratas austríacos ou àqueles que se opõem às formas retrógradas e fascistas do integralismo religioso, do Afeganistão a Argélia.

³ Nós não nos remetemos aqui a trabalhos “coletivos” e conclusivos das comissões internacionais. Necessitaríamos exagerar o abandono da produção individual de numerosos intelectuais. Como é necessário reduzir escolhemos o mais emblemático: MORIN, Edgar e KERN, Anne-Brigitte(1993). Entre os responsáveis políticos, notabiliza-se neste período o trabalho do presidenciável americano, o candidato democrata: GORE, Al Gore(1993).

⁴ Remetemos à obra co-dirigida com Jean Tabet (1999).

Se o internacionalismo pôde, durante muito tempo, aparecer como formas de apoio às lutas conduzidas por outros e, por isto mesmo, marcadas por um forte sentimento de generosidade, entramos num período onde o interesse comum se manifesta de imediato entre os atores das lutas sobre o planeta. Ao norte, a vítima das políticas de austeridade, que põem em xeque os benefícios adquiridos, compreende espontaneamente o sentido das lutas daqueles que, no sul, combatem as políticas de ajuste estrutural impostas pelo FMI. Trata-se de lutas cuja convergência é percebida na hora e cujas relações não são obscurecidas pelas diferentes situações dos atores.

Se as grandes greves que eclodiram na França, em dezembro de 1995, suscitaram um movimento de solidariedade no planeta, é porque cada um viu na recusa à submissão às pressões externas, a dos mercados e a da construção europeia, recusa da qual elas eram portadoras, a contribuição para uma inegável e poderosa resistência à mundialização. Os trabalhadores das siderúrgicas alemãs, manifestando-se, alguns meses mais tarde, agitando as bandeiras francesas, expressaram bem o sentimento de uma comunhão de lutas. As “elites mundiais” demoraram para chegar a um acordo, alguns meses mais tarde, em Davos. Por certo, a mundialização, ao colocar em concorrência trabalhadores e nações, aparece como um fator de grande fragilidade. Mas, por outro lado, ao “encolher” o planeta, ela contribui para a consciência de uma aproximação das lutas.

Uma possível convergência?

A novidade reside no fato de que o mundialismo está fraturado e não é mais conduzido unicamente por aqueles que aspiram a um governo mundial. Ele também diz respeito aos que têm uma visão da gestão do planeta diferente da adotada pelos “globals leaders” de Davos ou do G8. Partilham com estas elites mundializadas a idéia de que o quadro nacional estaria ultrapassado, mas discordam quanto à maneira de conceber a organização do mundo e expressam com vigor através de suas palavras de ordem (“o mundo não está a venda”, “a esfera mercantil não tem que se meter em tudo”). Em outras palavras, preocupam-se com coisas que não lhes dizem respeito. Isto não os impedem de privilegiar sistematicamente os mecanismos decisórios de nível supranacional em detrimento de medidas nacionais que podem permitir se escapar das famosas pressões externas. Enfim, a reflexão se engaja no nível mundial e abandona o lugar decisivo da articulação do nacional ao Internacional, considerando *in fine* que a escala nacional não tem mais pertinência.

Por sua vez, os internacionalistas são conscientes de que, às vésperas do século XXI, seu combate deve integrar novas dimensões que, liberadas dos blocos antagonistas da guerra fria, vão além do “proletários de todos os países uni-vos” e resultam dos novos riscos impulsionados pela mundialização (segurança, meio-ambiente, especulação financeira, ascensão da economia mafiosa, movimentos migratórios etc.) e cujas respostas ultrapassam, freqüentemente, o quadro único dos Estados-Nação e supõem coordenações internacionais — soberanas de preferência.

As duas abordagens refletem uma cultura diferente. Alguns tomam o mundo como objeto de lutas e querem moldá-lo de um jeito diferente. Outros se servem do mundo como caixa de ressonância e postulam a complementaridade entre internacionalismo e a primazia do quadro nacional: o internacional fornece a perspectiva e o nacional, o concreto. Alguns cultivam o lá, mais tarde e juntos; os outros, o aqui e agora com a ajuda dos outros. Uns cavam os campos da ética, da moral e do humanismo. Outros falam sobre as categorias explicativas da exploração e do interesse comum como motor da solidariedade.

Na resistência à mundialização e na busca de outros tipos de relações internacionais uma série de medidas pode ser considerada. Atuar no e sobre seu país, essencialmente para modificar lógicas, proteger-se e rearticular, diferentemente, a relação com o internacional. Ou atuar a partir de seu país para exercer uma influência no seio das instituições internacionais mais ou menos reguladoras da ordem mundial. Enfim, atuar junto com outros países, de maneira coordenada, para ampliar a capacidade de influência. Existe material para numerosas medidas governamentais, assim como para fortes mobilizações onde internacionalistas e novos mundialistas podem e devem se encontrar para trabalharem juntos, no respeito da história e da trajetória de cada um. Que este trabalho em comum possa ser constituído de um “novo internacionalismo” à altura das lutas do século XXI.

Bibliografia

- BRANDT, Willy (coord.) (1980). "Nord-Sud, un programme de survie". *Gallimard/Idées*.
- CARLSSON, Ingvar e RAMPHAL, Shirdath.(1995). "Comission on global governance". *Our Global Neighbourhood*. Oxford University Press.
- CNEUD, Our Common Future. (1987).The Brundtland Report), Oxford University Press.
- COULMAS, Peter. (1995). *Les citoyens du monde: histoire du cosmopolitisme*.Albin Michel.
- GORE, Al. (1993). Sauver la planète terre: L'écologie et l'esprit humain. Albin Michel.
- GRUPE DE LISBONNE.(1995)."Limites à la compétitivité: pour un nouveau contrat social". La Découverte.
- GUÉHENNO, Jean-Marie. (1999). *L'avenir de la liberté: la démocratie dans la mondialisation*. Flammarion.
- MATTELART, Armand. (1999). *Historie de l'utopie planétaire*. La Decouverte.
- MORIN, Edgar e KERN, Anne-Brigitte. (1993). *Terre-patrie*. Le Seuil.
- PALME, Olaf. (1982). (Under the Chairmanship), Common Security – "A programme for Disarmament". *The Report of the Independent Commission on Disarmament and Security*. Pan Books, London.
- PETRELLA, Ricardo.(coord.) (1995). "Groupe de Lisbonne, limites à la compétitivité: pour un nouveau contrat social". *La Découverte*.
- RAPPORT DE LA COMISIÓN SUD. (1990)."Défis au Sud".*Economica*
- ROGALSKI, Michel e TABET, Jean (1999). *Des brigades internationales aux sans-papiers : cruse et avenir de la solidarité internationale*. Paris, Le Temps des Cerises.
- THE STOCKHOLM INITIATIVE ON GLOBAL SECURITY AND GOVERNANCE.(1991). "Common Responsibility in the 1990's". *Prime Minister's Office*, Stockholm, April,22.
- TINBERGEN, Jan,(coord.) (1976). "Rio, Resphaping the International Order". *E.P.Dutton & Cie*, New York.
- ZARIFIAN, Philippe. (1999). *L'émergence d'un peuple*. Monde, PUF.